

16/09/2012
TARDE

DEFENSORIA PÚBLICA ESTADO DO TOCANTINS

Cargo:

Motorista de Defensoria Pública

Provas de Conhecimento

	Questões		Questões
Língua Portuguesa	01 a 10	Legislação que dispõe sobre e organiza a Defensoria Pública	21 a 30
Noções de Informática	11 a 15	Conhecimentos Específicos	31 a 80
História e Geografia do Estado do Tocantins	16 a 20		

SÓ ABRA QUANDO AUTORIZADO

ANTES DE COMEÇAR A FAZER AS PROVAS:

- Verifique se este caderno contém cinco provas, com um total de 80 (oitenta) questões - sequencialmente enumeradas de 01 a 80.
- Caso haja algum problema solicite ao aplicador a substituição deste caderno.

AO RECEBER A FOLHA DE RESPOSTAS:

- Confira seu nome e número de inscrição.
- Assine à CANETA no espaço indicado.

AO TRANSFERIR AS RESPOSTAS PARA A FOLHA DE RESPOSTAS DEFINITIVA:

- Use somente caneta azul ou preta e aplique traços firmes dentro da área reservada à letra correspondente a cada resposta, conforme modelo:



- Sua resposta NÃO será computada se houver marcação de mais de uma alternativa.
- A folha de respostas não deve ser dobrada, amassada ou rasurada.

ATENÇÃO:

Após a prova você só pode levar consigo o Gabarito Rascunho.

AO TERMINAR AS PROVAS você deve chamar a atenção do aplicador levantando o braço. Ele irá até você para recolher sua FOLHA DE RESPOSTAS e este CADERNO DE PROVAS.

Recolha seus objetos, deixe a sala, e em seguida o prédio. A partir do momento em que sair da sala e até sair do prédio, continuam válidas as proibições sobre o uso de aparelhos eletrônicos e celulares, bem como não lhe é mais permitido o uso dos sanitários.

Terá suas provas anuladas e será automaticamente eliminado do processo seletivo o candidato que, durante a sua realização for surpreendido portando (mesmo que desligado) aparelhos eletrônicos, tais como bip, telefone celular, relógio de qualquer espécie, walkman, agenda eletrônica, notebook, palmtop, receptor, pen drive, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, chaves e controle de alarme de carro e moto, controle de portão eletrônico, etc., bem como quaisquer acessórios de chapelaria, tais como chapéu, boné, gorro etc., e ainda lápis, lapiseira/grafite, borracha, caneta em material não-transparente, óculos de sol (exceto com comprovação de prescrição médica), carteira de dinheiro e armas.

Duração total destas provas, incluindo o preenchimento da FOLHA DE RESPOSTAS:

QUATRO HORAS E TRINTA MINUTOS

Nome:

RG:

COPESE
Comissão Permanente de Seleção

UFT
UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

LÍNGUA PORTUGUESA**Direito Penal deve dar alternativas em vez de respostas**

1 O célebre escritor francês Victor Hugo, em sua obra "Os Miseráveis", conta-nos inesquecível e emocionante passagem:

5 "*Jean Valjean, tendo servido durante 19 anos nas galés (cinco por roubar um pão para sua irmã e seus sete sobrinhos passando fome, e mais 14 por inúmeras tentativas de fuga) acaba de ser libertado. Valjean é marginalizado por todos que encontra por ser um ex-presidiário, sendo expulso de todas as estalagens. Ele iria dormir na rua, mas é recebido na casa do benevolente Bispo Myriel (conhecido como senhor Benvindo), o Bispo de Digne. Mas em vez de se mostrar grato, rouba-lhe os talheres de prata durante a noite e foge. Logo é preso e levado pelos policiais à presença de Benvindo. O Bispo salva-o alegando que a prata foi um presente e nessa altura dá-lhe dois castiçais de prata também, repreendendo-o por ter saído com tanta pressa que esqueceu essas peças mais valiosas. Após esta demonstração de bondade, o bispo o 'lembra' da promessa (que Valjean não tem nenhuma lembrança de ter feito) de usar a prata para tornar-se um homem honesto*".

25 Sendo Jean Valjean rejeitado pela sociedade por ser um ex-presidiário, o Bispo Myriel muda-lhe a vida. O personagem assume uma nova identidade para seguir uma vida honesta, tornando-se proprietário de uma fábrica e prefeito. Ele adota e cria uma filha, salva uma pessoa da morte e morre imaculado com uma idade avançada.

30 As tormentosas aflições da vida, a desordem e o embate entre indivíduos na sociedade devem receber solução mais refletida e profilática do que o encarceramento do ser humano nos porões de suas sombrias masmorras.

35 Nosso ainda vigente Código de Processo Penal de 1941, em seus artigos 386 e 387, bem resume a que se presta a intervenção judiciária na discussão da infração penal: ou o juiz condena ou absolve o agente. Noutras palavras, a lei penal brasileira veda terminantemente outra solução para um processo penal. É vedado ao juiz promover a concórdia, resgatar a dignidade, afagar traumas ou acalantar o marginalizado. O juiz do processo penal anda em trilhos que o escravizam, que o levam a lugar nenhum. Não deve, pela nossa lei penal, ousar o magistrado a pacificar o conflito com o óbvio e o evidente. A evolução do sistema punitivo estatal deve evoluir, para todos, sem distinção, para contemplar meios e recursos que eficazmente ponham fim às causas e consequências da infração penal. A punição exemplar depois de solucionada a falta cometida talvez seja *plus* descartável.

45 O avanço destruidor do "crack" na sociedade e, principalmente, na célula familiar, pode ser citado, talvez, como o maior exemplo de quanto o juiz brasileiro é refém de um sistema processual penal que, definitivamente, não funciona bem. A sentença final, inflexível e indiferente ao sentimento das partes espera do juiz outra coisa, mais simples, menos heroica.

60 Não se quer, aqui, abolir a pena privativa de liberdade. Mas não se pode ter em mente a prisão como primeira e imediata resolução para o crime. Não se pode inocular o mesmo antídoto para doenças diversas. Assim como a aspirina não cura o canceroso, a quimioterapia não é indicada para a dor de dente. O Direito Penal não pode, em cruel rol taxativo, estabelecer qual a melhor resposta para o crime praticado. Pode e deve, sim, estabelecer várias alternativas, rotas de auxílio, atalhos

70 para aplacar as consequências da infração e metas a serem alcançadas. Jamais ousar impor ao magistrado que a primeira e a única opção, a mais reluzente aos seus olhos, deva ser o encarceramento do ser humano.

75 O Ministério Público e a Defensoria Pública seriam os fiscais do acerto da profilaxia judicial eleita no processo penal. O irrequieto poderia se insurgir quanto à solução adotada pelo juiz em cada caso concreto. A opção pela prisão do agente deverá ser a *ultima ratio*. A prova dos nove do que diz aqui é muito simples. O que são as prisões hoje no Brasil? Escolas do crime, às vezes com mestrado e doutorado.

80 A medicina psiquiátrica, a psicologia, a assistência social, a pedagogia, entre outras tantas ciências complexas e salvíficas, despontam em nosso país, com excelentes e renomados profissionais. Temos que abrir as portas dos fóruns a essa gente dedicada e qualificada, que muitas coisas nos têm a dizer e ensinar. Assim como o inadequado uso de um antibiótico pode aniquilar seus efeitos para sempre, a prisão, como resposta estatal para o crime, também pode, para sempre, destruir um ser humano, por algo que muito bem poderia ser tratado e curado de outra forma mais simples e eficaz.

90 O legislador deve confiar no Poder Judiciário, confiar na criatividade e experiência dos juizes e tribunais. Autorizar que esses agentes promovam a paz social por todas as formas possíveis, abrindo um leque infinito de opções para tanto. O rol de penas restritivas de direitos inibe a criatividade dos juizes, não se presta para a infinidade de casos que se apresentam no dia a dia, sem falar que são meramente substitutivas.

95 Enfim, esse é hoje o maior desafio que o Direito Penal deve enfrentar se quiser estar afinado com a questão da dignidade da pessoa humana. Transformar a sentença penal em instrumento efetivo e concreto de pacificação social, longe de paredões e cadafalsos.

AMARAL, Carlos Eduardo Rios do. **Direito Penal deve dar alternativas em vez de respostas**. Disponível em: <<http://www.anadep.org.br/wtk/pagina/materia?id=14910>>. Acesso em: 05 ago. 2012. (Adaptado.)

*O autor é defensor público no estado do Espírito Santo.

QUESTÃO 01

Diferentes vozes ecoam no texto: a voz de Victor Hugo, escritor francês do século XIX, e a de Carlos Eduardo Rios do Amaral, Defensor Público do Estado do Espírito Santo. Temporalidades e temáticas aproximam-se para defender o posicionamento de que:

- (A) Privação da liberdade deve ser adotada em amplo espectro como medida profilática e penal.
- (B) As soluções refletidas devem ser adotadas para pacificar os conflitos e resgatar a dignidade humana.
- (C) As penas degradantes e os encarceramentos são medidas incontestáveis nas infrações penais, a *ultima ratio*.
- (D) O ser humano deve receber uma punição exemplar para pôr fim às causas e consequências da infração penal.

QUESTÃO 02

Ao refletir sobre o Direito Penal, o autor do texto assume que a legislação brasileira deveria:

- I – Transformar a sentença penal em instrumento de pacificação social;
- II – Assumir a prisão como instrumento exclusivo na resolução de todas as formas de crimes;
- III – Estabelecer alternativas consonantes com a dignidade da pessoa humana;

IV – Abolir a pena privativa de liberdade do rol das penas de profilaxia criminal;

Nas alternativas abaixo, assinale a opção CORRETA:

- (A) Apenas a I está correta.
- (B) Apenas a IV está correta.
- (C) Apenas a I e a III estão corretas.
- (D) Apenas a II e a IV estão corretas.

QUESTÃO 03

“Noutras palavras, a lei penal brasileira veda terminantemente outra solução para um processo penal. É vedado ao juiz promover a concórdia, resgatar a dignidade, afagar traumas ou acalantar o marginalizado. O juiz do processo penal anda em trilhos que o escravizam, que o levam a lugar nenhum.” (linhas 41 a 46)

“O avanço destruidor do “*crack*” na sociedade e, principalmente, na célula familiar, pode ser citado, talvez, como o maior exemplo de quanto o juiz brasileiro é refém de um sistema processual penal que, definitivamente, não funciona bem.” (linhas 54 a 58).

“Enfim, esse é hoje o maior desafio que o Direito Penal deve enfrentar se quiser estar afinado com a questão da dignidade da pessoa humana. Transformar a sentença penal em instrumento efetivo e concreto de pacificação social, longe de paredões e cadafalsos.” (linhas 102 a 106)

A partir da leitura desses fragmentos, é possível depreender que:

- (A) O *crack* tem efeito devastador na família e, por isso, pode e deve ser tratado com o cárcere.
- (B) As infrações relacionadas ao *crack* têm recebido tratamento diferenciado por parte dos juristas por atingirem a base da sociedade, a família.
- (C) O usuário de *crack* comete inúmeras infrações, mas, por ter família, ela é que deve se responsabilizar pela regeneração do indivíduo, não os tribunais.
- (D) Os juízes deveriam olhar de modo ímpar para as infrações relacionadas ao uso do *crack*, tendo em vista que a prisão não resgatará a dignidade do infrator.

QUESTÃO 04

O texto lido é um artigo de opinião, um gênero por meio do qual se visa a expor um posicionamento diante de algum tema. Ciente disso, pense: que função cumpre o resgate do fragmento da obra literária, alocado no início do texto?

- (A) Descrever uma situação que vem marcando a prática hodierna nos tribunais brasileiros.
- (B) Argumentar em favor da carceragem como sendo hoje uma alternativa para as sentenças jurídicas.
- (C) Discutir a possibilidade de outras respostas para as sentenças proferidas em intervenções judiciais.
- (D) Argumentar sobre o quanto a sociedade é retrógrada em sua prática jurídica, quando outras alternativas judiciais já se concretizavam há muitos anos.

QUESTÃO 05

Releia o trecho: “A opção pela prisão do agente deverá ser a *ultima ratio*. A prova dos nove do que diz aqui é muito simples. O que são as prisões hoje no Brasil? Escolas do crime, às vezes com mestrado e doutorado.” (linhas 77 a 81). No texto, que função cumpre a pergunta? Selecione a alternativa que NÃO proponha uma justificativa possível para seu emprego:

- (A) Introduzir uma nova abordagem a ser tratada no texto.
- (B) Instigar o leitor à reflexão, resgatando-lhe o conhecimento de mundo.
- (C) Chamar a atenção do leitor, mostrando-lhe que o artigo está sendo direcionado a ele.

(D) Simular uma interação com o leitor, levando-o a compartilhar de mesma opinião.

QUESTÃO 06

Retome os trechos: “A sentença final, inflexível e indiferente ao sentimento das partes espera do juiz outra coisa, mais simples, menos heroica.” (linhas 58 a 60) e “Temos que abrir as portas dos fóruns a essa gente dedicada e qualificada, que muitas coisas nos têm a dizer e ensinar.” (linhas 85 a 87). A palavra “coisa” é amplamente empregada em quase todas as situações cotidianas do brasileiro nas quais lhe faltem palavras. Seu significado é, então, muito genérico. Assim, considerando-se os contextos em que aparece e a adequação à variante formal da língua portuguesa, a palavra “coisa” pode ser substituída, respectivamente, por:

- (A) ‘outra decisão’ e ‘muito’
- (B) ‘outra atitude’ e ‘muitas ideias’
- (C) ‘outro procedimento’ e ‘muitas’
- (D) ‘outro comportamento’ e ‘muitos ensinamentos’

QUESTÃO 07

O 3º e o 4º parágrafos do texto, ambos compreendidos entre as linhas 25 e 36, estão justapostos, isto é, são interdependentes, porém, não interligados por um elemento de coesão. Com vistas a ser mantida a mesma relação semântica entre as ideias por eles veiculadas, o quarto parágrafo pode ser introduzido por:

- (A) Assim
- (B) Contudo
- (C) Além disso
- (D) De outro modo

QUESTÃO 08

A preposição “para” tem a função sintática de introduzir complementos. Nos contextos em que é empregada, assume variadas significações: pode indicar movimento em direção a, comparação, contribuição, dentre outras. Assinale, então, a assertiva em que essa preposição assume o mesmo sentido que em “O personagem assume uma nova identidade para seguir uma vida honesta (...)” (linhas 26 a 28):

- (A) “(...) a lei penal brasileira veda terminantemente outra solução para um processo penal.” (linhas 41 e 42)
- (B) “(...) A evolução do sistema punitivo estatal deve evoluir (...) para contemplar meios e recursos (...)” (linha 48 a 50)
- (C) “O Direito Penal não pode (...) estabelecer qual a melhor resposta para o crime praticado.” (linhas 66 a 68)
- (D) “Assim como o inadequado uso de um antibiótico pode aniquilar seus efeitos para sempre (...)” (linhas 88 e 89)

QUESTÃO 09

Observe as sentenças a seguir, atentando-se para o emprego da conjunção “ou”:

I - “(...) ou o juiz condena ou absolve o agente.” (linha 40);
 II - “É vedado ao juiz promover a concórdia, resgatar a dignidade, afagar traumas ou acalantar o marginalizado.” (linhas 43 e 44);

O emprego desse termo pode assumir dois valores diferentes: inclusão ou exclusão. Nas construções retiradas do texto, seu uso, indica:

- (A) Inclusão em I, significando “possivelmente ambos”.
- (B) Exclusão em I sendo que a primeira oração é compatível com a segunda.
- (C) Inclusão em II, em que os elementos se alternam, excluindo-se mutuamente.
- (D) Inclusão em II, significando alternância entre os segmentos e, possivelmente, a concomitância entre todos eles.

QUESTÃO 10

Para empregarmos os sinais de pontuação adequadamente em nossos textos escritos, obedecemos a critérios sintáticos. A vírgula, assim, exerce importante função distintiva. Observe as vírgulas utilizadas no fragmento abaixo, delimitando os elementos em destaque, e aponte a situação que lhes justifique o emprego:

“O avanço destruidor do “*crack*” na sociedade e, **principalmente**, na célula familiar, pode ser citado, **talvez**, como o maior exemplo de quanto o juiz brasileiro é refém de um sistema processual penal que, **definitivamente**, não funciona bem.”

- (A) Isolar elementos repetidos.
- (B) Realçar adjuntos adverbiais.
- (C) Indicar supressão de palavras.
- (D) Separar elementos coordenados, sem uso de conectivos.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA**QUESTÃO 11**

Analise as afirmativas abaixo, acerca do Sistema Operacional Windows 7, instalação padrão português brasil.

- I. Quando um usuário exclui um arquivo do computador, ele apenas é movido para a Lixeira onde fica temporariamente armazenado até a Lixeira ser esvaziada. Com isso, o usuário tem a oportunidade de recuperar arquivos excluídos acidentalmente e restaurá-los para os locais originais. Para restaurar um arquivo, clique nele e, na barra de ferramentas, clique em Restaurar este item;
- II. O usuário pode alternar para a janela anterior pressionando ALT+TAB, ou percorrer todas as janelas abertas e a área de trabalho mantendo pressionada a tecla ALT e pressionando repetidamente a tecla TAB. Solta ALT para mostrar a janela selecionada;
- III. O Painel de Controle permite criar, alterar e remover contas de usuário. O nome de usuário pode possuir até 255 caracteres;
- IV. No gerenciador de arquivos Windows Explorer é possível renomear o arquivo PRODUTOS.doc para PRODUTOS:_INF.doc.

Está CORRETO apenas o que se afirma em:

- (A) I e II
- (B) II, III e IV
- (C) I e III
- (D) I, II e IV

QUESTÃO 12

Analise as afirmações a seguir:

- I. A Intranet é uma rede que utiliza tecnologias da Internet, tais como navegadores, e-mails e protocolos de comunicação. O acesso é privativo às pessoas vinculadas à organização e a outras pessoas externas, tais como fornecedores, clientes e outros de interesse da organização;
- II. TCP/IP define um conjunto de regras, padrões e convenções para computadores se comunicarem na Internet;

- III. BrOffice é um conjunto de aplicações de escritório, disponível exclusivamente para o Sistema Operacional Linux. Oferece as funções de editor de textos, planilhas eletrônicas, editor de apresentações, editor de desenhos, editor de fórmulas matemáticas e banco de dados;
- IV. Google Docs é um pacote de aplicativos online e gratuito. Entre os seus recursos estão editor de textos, editor de planilhas eletrônicas, editor de apresentações e editor de formulários;
- V. O FTP é um protocolo usado para transferir arquivos pela Internet;

São CORRETAS as afirmações:

- (A) I e II
- (B) II e III
- (C) III, IV e V
- (D) II, IV e V

QUESTÃO 13

Analise as afirmativas abaixo, em relação ao Microsoft Word 2007, instalação padrão português brasil.

- I. O usuário pode inserir uma tabela da seguinte maneira: Clica no local que deseja inserir uma tabela. Na guia Exibição, no grupo Tabelas, clica em Tabela e, em Inserir tabela, arrasta para selecionar o número de linhas e colunas que deseja;
- II. A combinação de teclas CTRL + L abre uma janela para pesquisa;
- III. Alterar ou definir margens de páginas pode ser realizado da seguinte maneira: Na guia Layout da Página, no grupo Configurar Página, clica em Margens. Clica no tipo de margem que deseja. Para obter a largura de margem mais comum, clique em Normal;
- IV. A combinação de teclas ALT + F7 abre uma janela para Ortografia e Gramática.

Está CORRETO o que se afirma em:

- (A) I, II e III
- (B) II e III
- (C) I, III e IV
- (D) III e IV

QUESTÃO 14

A planilha do Excel 2007 descrita abaixo, ilustra a distribuição de medalhas acerca das olimpíadas de Londres 2012, do 1º, 2º, 3º e 22º colocados. Assinale a alternativa que representa corretamente as fórmulas para se obter a soma de medalhas de ouro obtidas pelos quatro países; o número médio de medalhas conquistadas pelo Brasil e o número de medalhas conquistadas pelo Estados Unidos, que ocorre com mais frequência (moda), respectivamente.

	A	B	C	D	E	F	G
1	Países	Ouro	Prata	Bronze	Total		
2	Estados Unidos	46	29	29	29		
3	China	38	27	23	88		
4	Grã-Bretanha	29	17	19	65		
5	Brasil	3	5	9	5		
6							
7							

- (A) =SOMA(B2:B5); =MEDIA(B5:D5); =MODA(B2:E2)
 (B) =SOMA(B2:B5); =MED(B5:D5); =MODO(B2:E2)
 (C) =SOMA(B2:B5); =MÉDIA(B5:D5); =MODO(B2:E2)
 (D) =B2+B3+B4+B5; =B5+C5+D5/3; =MOD(B2;E2)

QUESTÃO 15

É uma técnica de fraude online usada por criminosos para persuadi-lo a divulgar suas informações pessoais. Várias táticas diferentes são usadas para isso, incluindo emails e sites que imitam marcas famosas e confiáveis.

- (A) Worm
 (B) Phishing
 (C) Spyware
 (D) Cookies

HISTÓRIA E GEOGRAFIA DO ESTADO DO TOCANTINS**QUESTÃO 16**

Na década de 1940, ainda no Estado Novo, houve a realização da marcha para o Oeste, com vários fluxos migratórios, o que intensificou a grilagem sobre as terras dos posseiros e índios expandindo nas décadas posteriores, dando origem aos conflitos pela posse da terra. Foi nesse aspecto que a ocupação do norte de Goiás se estruturou. É CORRETO afirmar que a primeira manifestação contra a grilagem de terras no norte de Goiás foi

- (A) a Guerrilha do Araguaia.
 (B) a luta de Trombetas-Formoso.
 (C) a Guerra de Canudos.
 (D) o conflito de Campos Lindos.

QUESTÃO 17

O Jalapão é um patrimônio natural e cultural preservado e sua identidade manifesta-se, sobretudo, na utilização de seus recursos naturais. No Tocantins, o Jalapão se localiza:

- (A) No extremo oeste com linha de fronteira com o oeste Mato Grosso.
 (B) No extremo leste com linha de fronteira com o noroeste da Bahia, o sul do Maranhão e Piauí.
 (C) No sul do Tocantins com linha de fronteira com o norte de Goiás e sul de Mato Grosso.
 (D) Na sua porção ocidental com linha de fronteira norte de Goiás e leste de Mato Grosso.

Para responder a questão 18, leia o texto abaixo:

Na segunda metade do século XX, a configuração do então longínquo e isolado norte de Goiás passou por verdadeiras transformações na ocupação do espaço com mudanças nos

perfis econômico e social de toda a região. (IPHAN. Vivências e sentidos: o patrimônio cultural do Tocantins. Goiânia: IPHAN, 2008, p. 152-153, adaptado).

QUESTÃO 18

Assinale a alternativa CORRETA que indica o fator que ocasionou os impactos listados no texto acima.

- (A) A operação da Ferrovia Norte-Sul que integrou a norte goiano ao Sudeste do país com o escoamento da produção agroindustrial.
 (B) A navegação sobre o Rio Tocantins responsável pela formação dos núcleos urbanos mais dinâmicos do norte goiano.
 (C) A construção da rodovia Belém-Brasília iniciada em fins da década de 1950 e concluída em meados da década de 1970.
 (D) A instalação da usina hidrelétrica de Estreito que gerou maior capacidade de desenvolvimento regional com geração de energia.

QUESTÃO 19

Sobre a fundação da Comissão de Estudos do Norte Goiano (CONORTE), é CORRETO afirmar que foi criada

- (A) na década de 1820, com a finalidade de produzir o discurso autonomista do norte goiano em apoio a Joaquim Theotônio Segurado.
 (B) na década de 1950, com a proposta de subsidiar estatisticamente o movimento autonomista do norte goiano daquele período.
 (C) na década de 1960, com o intuito de colaborar com a política de ocupação do interior do país, no governo de Juscelino Kubistchek.
 (D) na década de 1980, com o objetivo de realizar estudos, pesquisas e debates sobre as potencialidades político-econômicas do norte goiano.

Para responder a questão 20, leia o texto abaixo:

O discurso autonomista do norte goiano sobreviveu, nas primeiras décadas da República, a uma situação compreensível, considerando-se que, do ponto de vista econômico, a cidade ocupava posição de destaque e influência sobre toda a região Norte, dado o vínculo comercial com Belém, através do rio Tocantins (CAVALCANTE, Maria do E. S. R. O discurso autonomista do Tocantins. São Paulo: EDUSP, 2003, p. 62, adaptado).

QUESTÃO 20

A partir do texto acima, é CORRETO afirmar que a cidade mencionada trata-se de

- (A) Porto Nacional, considerada a sede do movimento autonomista do Norte de Goiás da década de 1950.
 (B) Gurupi, escolhida como epicentro do movimento autonomista do norte de Goiás na década de 1960.
 (C) Colinas, avaliada como ponto estratégico do movimento autonomista do norte de Goiás na década de 1970.
 (D) Guaraí, localizada no centro da região Norte de Goiás, liderando o movimento autonomista da década de 1980.

LEGISLAÇÃO QUE DISPÕE SOBRE E ORGANIZA A DEFENSORIA PÚBLICA**QUESTÃO 21**

Segundo a Lei Complementar nº 80/94, a Defensoria Pública NÃO abrange:

- (A) As Defensorias Públicas dos Municípios.
- (B) As Defensorias Públicas dos Estados.
- (C) A Defensoria Pública do Distrito Federal e dos Territórios.
- (D) A Defensoria Pública da União.

QUESTÃO 22

NÃO é princípio institucional da Defensoria Pública:

- (A) A unidade.
- (B) A personalidade.
- (C) A indivisibilidade.
- (D) A independência funcional.

QUESTÃO 23

Leia os itens e assinale a alternativa CORRETA.

Segundo a Lei Complementar nº 80/94 são direitos dos assistidos da Defensoria Pública, além daqueles previstos na legislação estadual ou em atos normativos internos:

- I. A informação sobre a localização e horário de funcionamento dos órgãos da Defensoria Pública;
- II. A informação sobre a tramitação dos processos e os procedimentos para a realização de exames, perícias e outras providências necessárias à defesa de seus interesses;
- III. A qualidade e a eficiência do atendimento;
- IV. O patrocínio de seus direitos e interesses pelo defensor natural;
- V. A atuação de Defensores Públicos distintos, quando verificada a existência de interesses antagônicos ou colidentes entre destinatários de suas funções;

- (A) Somente os itens I, II e III estão corretos.
- (B) Somente os itens II, III e IV estão corretos.
- (C) Somente os itens III, IV e V estão corretos.
- (D) Todos os itens estão corretos.

QUESTÃO 24

Nos termos da Lei Estadual nº 2.252/09 é VEDADA a evolução funcional do servidor que:

- I. durante o período avaliado tiver alguma falta injustificada;
- II. durante o período avaliado tiver sofrido pena administrativa de suspensão;
- III. durante o período avaliado tiver sido destituído de cargo de provimento em comissão ou de função gratificada, por meio de processo administrativo disciplinar;
- IV. estiver cumprindo pena decorrente de processo disciplinar;
- V. estiver cumprindo pena decorrente de processo criminal;

- (A) Somente os itens I, II, III e IV estão corretos.
- (B) Somente os itens I, III, IV e V estão corretos.
- (C) Somente os itens II, III, IV e V estão corretos.
- (D) Todos os itens estão corretos.

QUESTÃO 25

Leia os itens e assinale a alternativa CORRETA.

Nos termos da Lei Complementar nº 132/09 compete à Ouvidoria-Geral da Defensoria Pública:

- I. Receber e encaminhar ao Corregedor-Geral representação contra membros e servidores da Defensoria Pública do Estado, assegurada a defesa preliminar;
- II. Propor aos órgãos de administração superior da Defensoria Pública do Estado medidas e ações que

visem à consecução dos princípios institucionais e ao aperfeiçoamento dos serviços prestados;

- III. Elaborar e divulgar relatório semestral de suas atividades, que conterá também as medidas propostas aos órgãos competentes e a descrição dos resultados obtidos;
- IV. Promover atividades de intercâmbio com a sociedade civil;
- V. Estabelecer meios de comunicação direta entre a Defensoria Pública e a sociedade, para receber sugestões e reclamações, adotando as providências pertinentes e informando o resultado aos interessados;

- (A) Todos os itens estão corretos.
- (B) Somente os itens I, II e III estão corretos.
- (C) Somente os itens II, III e IV estão corretos.
- (D) Somente os itens III, IV e V estão corretos.

QUESTÃO 26

Nos termos da Lei Estadual nº 1.818/07 NÃO é requisito básico para investidura em cargo público:

- (A) A nacionalidade brasileira ou estrangeira, nos termos em que dispuser a legislação federal.
- (B) O gozo dos direitos políticos.
- (C) A quitação com as obrigações militares e eleitorais.
- (D) A idade mínima de 21 anos.

QUESTÃO 27

Leia os itens e assinale a alternativa CORRETA.

Nos termos da Lei Estadual nº 1.818/07 são formas de provimento de cargo público:

- I. A readaptação;
- II. A reversão;
- III. A reintegração;
- IV. A desintegração;
- V. A redistribuição;

- (A) Todos os itens estão corretos.
- (B) Somente os itens I, II e III estão corretos.
- (C) Somente os itens II, III e IV estão corretos.
- (D) Somente os itens III, IV e V estão corretos.

QUESTÃO 28

Assinale a alternativa CORRETA nos termos da Lei Estadual nº 1.818/07.

Sem qualquer prejuízo, pode o servidor público civil do Estado do Tocantins ausentar-se do serviço:

- (A) Por três dias, para doação de sangue;
- (B) Por cinco dias, para se alistar como eleitor;
- (C) Por oito dias consecutivos, em razão de casamento.
- (D) Por quinze dias consecutivos, em caso de paternidade, seja por nascimento, seja por adoção.

QUESTÃO 29

Segundo o Código de Ética da Defensoria Pública, Resolução nº 58/2010, é CORRETO afirmar:

- (A) Os padrões éticos são exigidos dos membros da Defensoria Pública somente em relação às suas atividades públicas, de modo a prevenir eventuais conflitos de interesses.
- (B) Os padrões éticos são exigidos dos membros da Defensoria Pública somente em relação às suas atividades privadas, de modo a prevenir eventuais conflitos de interesses.
- (C) Os padrões éticos são exigidos dos membros da Defensoria Pública também na relação entre suas atividades públicas e privadas, de modo a prevenir eventuais conflitos de interesses.

- (D) Não é exigido nenhum padrão ético dos membros da Defensoria Pública.

QUESTÃO 30

Segundo o Código de Ética da Defensoria Pública, Resolução nº 58/2010, é dever do defensor público recusar presentes, doações, benefícios ou cortêsias de pessoas físicas, empresas, grupos econômicos ou autoridades públicas que possam comprometer sua independência funcional, ressalvadas aquelas sujeitas às normas de reciprocidade, oferecidas às autoridades estrangeiras.

São considerados presentes, devendo ser recusados pelo Defensor Público, os brindes que:

- (A) Não tenham valor comercial.
 (B) Que tenham valor comercial.
 (C) Distribuídos por entidades de qualquer natureza, a título de cortesia, propaganda, divulgação habitual;
 (D) Distribuídos por entidades de qualquer natureza, por ocasião de eventos especiais ou datas comemorativas, que tenham valor módico;

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**QUESTÃO 31**

Sobre a organização político-administrativa dos Municípios, marque a alternativa CORRETA:

- (A) Nos termos da Constituição Federal de 1988, o Município reger-se-á por lei orgânica, votada em um turno, e aprovada por três quintos dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição e na Constituição do respectivo Estado.
 (B) Nos termos da Constituição Federal de 1988, o Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição e na Constituição do respectivo Estado.
 (C) Nos termos da Constituição Federal de 1988, o Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de vinte e cinco dias, e aprovada por maioria simples dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição e na Constituição do respectivo Estado.
 (D) Nos termos da Constituição Federal de 1988, o Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de vinte e cinco dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a outorgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição e na Constituição do respectivo Estado.

QUESTÃO 32

Nos termos da Constituição Federal de 1988, NÃO é objetivo fundamental da República Federativa do Brasil:

- (A) Construir uma sociedade livre, justa e solidária;
 (B) Garantir o desenvolvimento nacional e erradicar a pobreza e a marginalização.
 (C) Reduzir as desigualdades sociais e regionais.
 (D) Promover o desenvolvimento do comércio internacional e a disputa econômica entre os Estados.

QUESTÃO 33

De acordo com o art. 5º da Constituição Federal de 1988:

- (A) É livre a manifestação do pensamento, sendo facultado o anonimato.

- (B) É assegurado o direito de resposta, desproporcional ao agravo, além da indenização por dano exclusivamente moral ou à imagem.
 (C) Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei.
 (D) É livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, desde que haja prévia licença.

QUESTÃO 34

Sobre a organização político-administrativa do Distrito Federal na Constituição Federal de 1988, marque a alternativa CORRETA:

- (A) O Distrito Federal poderá ser dividido em Municípios.
 (B) Ao Distrito Federal são atribuídas as competências legislativas reservadas aos Estados e Municípios.
 (C) Ao Distrito Federal são atribuídas as competências legislativas reservadas exclusivamente aos Municípios.
 (D) A lei estadual disporá sobre a utilização, pelo Governo do Distrito Federal, das polícias civil e militar e do corpo de bombeiros militar.

QUESTÃO 35

Nos termos da Constituição Federal de 1988 é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

- (A) Proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas.
 (B) Legislar sobre trânsito e transporte.
 (C) Assegurar a defesa nacional.
 (D) Emitir moeda.

QUESTÃO 36

Nos termos da Constituição Federal de 1988 marque a alternativa CORRETA.

Sobre o Poder Legislativo Federal:

- (A) A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos, pelo sistema proporcional e o Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio majoritário.
 (B) A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos, pelo sistema majoritário e o Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o sistema proporcional.
 (C) O número total de Deputados, bem como a representação por Estado e pelo Distrito Federal, será estabelecido por lei estadual, proporcionalmente à população.
 (D) Salvo disposição constitucional em contrário, as deliberações de cada Casa e de suas Comissões serão tomadas pela maioria qualificada dos votos, presente a maioria simples de seus membros.

QUESTÃO 37

Marque a alternativa CORRETA:

- (A) Nos termos da Constituição Federal de 1988, a República Federativa do Brasil é formada pela unificação apenas dos Estados e dos Municípios.
 (B) Nos termos da Constituição Federal de 1988, a República Federativa do Brasil tem como fundamentos a soberania; a cidadania; a dignidade da pessoa humana; os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político.
 (C) Nos termos da Constituição Federal de 1988, a República Federativa do Brasil é formada pela unificação indissolúvel dos Estados, dos Municípios e da União Federal.

- (D) Nos termos da Constituição Federal de 1988, a República Federativa do Brasil tem como fundamentos a soberania; a cidadania; a dignidade da pessoa humana; os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; supremacia do interesse privado e a concessão de asilo político.

QUESTÃO 38

De acordo com a Constituição Federal de 1988 marque a alternativa CORRETA:

- (A) Aos juízes é vedado exercer, ainda que em disponibilidade, qualquer outro tipo de cargo ou função.
- (B) Os juízes gozam da garantia da vitaliciedade, que, no primeiro grau, só será adquirida após dois anos de exercício, dependendo a perda do cargo, nesse período, de deliberação do tribunal a que o juiz estiver vinculado, e, nos demais casos, de sentença judicial transitada em julgado.
- (C) Aos juízes não é atribuída a garantia da inamovibilidade.
- (D) Aos juízes não é vedado receber custas ou participação em processo

QUESTÃO 39

Nos termos da Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/92) marque a alternativa CORRETA:

- I. Constitui ato de improbidade administrativa que importa em enriquecimento ilícito auferir qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo, mandato, função, emprego ou atividade exercida na Administração Pública;
- II. Reputa-se agente público todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função na Administração Pública direta ou indireta;
- III. Quando o ato de improbidade causar lesão ao patrimônio público ou ensejar enriquecimento ilícito, caberá à autoridade administrativa responsável pelo inquérito representar ao Ministério Público, para a indisponibilidade dos bens do indiciado;
- IV. Independentemente das sanções penais, civis e administrativas previstas na legislação específica, o responsável pelo ato de improbidade fica sujeito às cominações legais impostas pela citada Lei, que podem ser aplicadas somente de forma isolada e independente da gravidade do fato;
- (A) Somente os itens I, III e IV estão corretos.
- (B) Somente os itens II, III e IV estão corretos.
- (C) Somente os itens I, II e III estão corretos.
- (D) Todos os itens estão corretos.

QUESTÃO 40

De acordo com a Lei nº 8.666/1993 são cláusulas necessárias em todo contrato administrativo:

- I. As que estabeleçam o regime de execução ou a forma de fornecimento;
- II. As que estabeleçam o preço e as condições de pagamento, os critérios, data-base e periodicidade do reajustamento de preços, os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;
- III. As que estabeleçam o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica;
- IV. As que estabeleçam a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexigiu, ao convite e à proposta do licitante vencedor;

- (A) Somente os itens I, III e IV estão corretos.
- (B) Somente os itens II, III e IV estão corretos.
- (C) Somente os itens I, II e III estão corretos.
- (D) Todos os itens estão corretos.

QUESTÃO 41

Sobre os princípios da Administração Pública expressos na Constituição Federal de 1988, marque a alternativa CORRETA:

- (A) A Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
- (B) A Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e veracidade.
- (C) A Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, pessoalidade, moralidade, transparência e eficiência.
- (D) A Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, pessoalidade, moralidade, discricionariedade e eficiência.

QUESTÃO 42

Sobre o processo licitatório previsto na Lei nº 8.666/93, marque a alternativa CORRETA:

- (A) É inexigível a licitação nos casos de guerra ou grave perturbação da ordem.
- (B) É causa de inexigibilidade de licitação quando as propostas apresentadas consignarem preços manifestamente superiores aos praticados no mercado nacional.
- (C) Poderá haver dispensa de licitação quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantidas, neste caso, todas as condições pré-estabelecidas.
- (D) É dispensável a licitação para a contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

QUESTÃO 43

Sobre a Administração Pública, marque a alternativa CORRETA:

- (A) A Administração Pública direta corresponde às sociedades de economia mista e às empresas públicas.
- (B) A Administração Pública direta corresponde às autarquias e às sociedades de economia mista.
- (C) A Administração Pública indireta é composta por entidades personalizadas como as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas e as sociedades de economia mista.
- (D) A Administração Pública direta, também chamada de descentralizada, é composta por entes despersonalizados.

QUESTÃO 44

São requisitos para a validade do ato administrativo:

- (A) Competência, objeto, forma, motivo e finalidade.
- (B) Motivo, objeto, forma, finalidade e discricionariedade.

- (C) Motivo, forma, objeto, finalidade e precariedade.
 (D) Competência, objeto, forma, finalidade e imperatividade.

QUESTÃO 45

Sobre a organização administrativa da Administração Pública prevista na Constituição Federal de 1988, marque a alternativa CORRETA:

- I. O prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por período de até três anos;
 II. A Constituição Federal de 1988 disciplina que a lei infraconstitucional estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;
 III. A Constituição Federal de 1988 não veda a possibilidade de acumulação remunerada de cargos públicos, independentemente de compatibilidade de horários;
 IV. Somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação;
- (A) Somente os itens I e II estão corretos.
 (B) Somente os itens III e IV estão corretos.
 (C) Somente Itens I e III estão corretos.
 (D) Somente os itens II e IV estão corretos.

PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**QUESTÃO 46**

O Código de Trânsito Brasileiro – CTB estabelece normas gerais de circulação e conduta. Com base nelas é CORRETO afirmar que:

- (A) O trânsito de veículos sobre passeios, calçadas e nos acostamentos, só poderá ocorrer apenas para que se adentre ou se saia dos imóveis ou áreas especiais de estacionamento e em caso de congestionamento.
 (B) O trânsito de veículos sobre passeios, calçadas e nos acostamentos, só poderá ocorrer apenas para que se adentre ou se saia dos imóveis ou áreas especiais de estacionamento.
 (C) O trânsito de veículos sobre passeios, calçadas e nos acostamentos, só poderá ocorrer apenas para que se adentre ou se saia dos imóveis.
 (D) O trânsito de veículos sobre passeios, calçadas e nos acostamentos, só poderá ocorrer apenas para que se saia dos imóveis ou áreas especiais de estacionamento, e em caso de congestionamento.

QUESTÃO 47

Em uma viagem o condutor percebe que seu veículo tem uma perda significativa de potência, com falhas na aceleração, quando há um aumento do giro do motor. Este problema pode ser ocasionado em razão de:

- (A) Um vazamento na válvula termostática.
 (B) O desalinhamento do volante de equilíbrio.
 (C) O filtro de combustível e/ou filtro de ar fora das condições de uso.
 (D) O alternador não estar gerando energia suficiente para manter o bom funcionamento do veículo.

QUESTÃO 48

A utilização da troca de luz baixa e alta, de forma intermitente e por curto período de tempo para advertir outros motoristas que trafegam no sentido contrário da presença de patrulhamento é uma infração prevista no Código de Trânsito Brasileiro – CTB. A infração e a penalidade para o condutor que for autuado por esta conduta são:

- (A) Infração de natureza gravíssima e multa de R\$ 191,54 e 7 pontos.
 (B) Infração de natureza grave e multa de R\$ 127,69 e 5 pontos.
 (C) Infração de natureza média e multa de R\$ 85,13 e 4 pontos.
 (D) Infração de natureza leve e multa de R\$ 53,20 e 3 pontos.

QUESTÃO 49

Um condutor ao trafegar durante o dia com seu automóvel por uma rodovia sem sinalização vertical e horizontal a uma velocidade de 80 km/h, em trecho reto, plano e com visibilidade suficiente para ultrapassagem segura, aproxima-se de um caminhão que trafega à sua frente em velocidade inferior à sua, próximo à entrada de uma ponte de curta extensão. Neste caso, a legislação permite ao condutor do automóvel:

- (A) Certificar-se de que não há veículo trafegando em sentido contrário e efetuar a ultrapassagem, ainda que a manobra se dê sobre a ponte, pois não há sinalização horizontal que a proíba.
 (B) Certificar-se de que não há veículo trafegando em sentido contrário e também de que não há outro veículo vindo atrás, no mesmo sentido de direção iniciando a ultrapassagem.
 (C) Certificar-se de que não há nenhum veículo seguindo-o muito próximo, reduzir a velocidade, mantendo distância segura do caminhão que segue à frente no mesmo sentido de direção e só depois do término da ponte iniciar a manobra de ultrapassagem, observando todas as normas de trânsito pertinentes.
 (D) Certificar-se de que não há veículo trafegando em sentido contrário e também de que não há outro veículo vindo atrás, no mesmo sentido de direção iniciando a ultrapassagem e ainda piscar o farol para alertar o motorista do caminhão.

QUESTÃO 50

Quando um cidadão ou entidade civil detectar a necessidade de sinalização, fiscalização e implantação de equipamentos de segurança, ou até de sugerir alterações em normas, legislação e outros assuntos pertinentes. A atitude correta a ser tomada por qualquer cidadão ou entidade civil, segundo o CTB é:

- (A) Solicitar, por escrito, aos órgãos ou entidades do Sistema Nacional de Trânsito, pois esse é um direito de todo cidadão ou entidade civil.
 (B) Realizar um abaixo-assinado com pelo menos 1000 (mil) assinaturas, constando nome completo e RG de cada signatário e protocolar junto à Câmara municipal de sua cidade, pois essa é a única forma permitida de encaminhar tais reivindicações.
 (C) Mobilizar a imprensa para fazer a reivindicação na tentativa de sensibilizar as autoridades competentes, pois a legislação vigente não permite que esse tipo de solicitação seja formalizada por cidadão ou entidade civil.
 (D) Promover ato de protesto pacífico, com o maior número de participantes possível, na Semana Nacional do Trânsito, nos meses de setembro de cada ano, pois os órgãos ou entidades do Sistema Nacional de Trânsito não têm o dever de analisar ou responder às solicitações encaminhadas por escrito.

QUESTÃO 51

Considerando as normas estabelecidas no Código de Trânsito Brasileiro – CTB, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) É proibido afixar publicidade, inscrições, legendas e símbolos sobre a sinalização, exceto quando se tratar de sinalização vertical e esses elementos forem afixados em seus suportes, de modo a não impedir a visualização completa da sinalização.
- (B) A afixação de publicidade ou de quaisquer legendas ou símbolos ao longo das vias condiciona-se à aprovação do órgão ou entidade com circunscrição sobre a via, imediatamente após sua instalação.
- (C) O CONTRAN não poderá, ainda que em caráter experimental e por período prefixado, autorizar a utilização de sinalização não prevista no Código de Trânsito Brasileiro.
- (D) O órgão ou entidade de trânsito com circunscrição sobre a via poderá retirar ou determinar a imediata retirada de qualquer elemento que prejudique a visibilidade da sinalização viária e a segurança do trânsito, com ônus para quem o tenha colocado.

QUESTÃO 52

Ao trafegar por via local de dupla mão de direção, em determinado cruzamento o condutor de um veículo misto observa a existência de sinal indicativo de proibição de seguir em frente, podendo dobrar à direita. Um agente de trânsito, porém, gesticula de forma clara indicando que os veículos devem seguir em frente. Nessa situação, segundo o CTB, o condutor deve:

- (A) Piscar o farol para alertar o agente de trânsito quanto à proibição de se seguir em frente.
- (B) Dobrar à direita, pois as normas de circulação e os sinais de trânsito prevalecem sobre as ordens do agente de trânsito.
- (C) Seguir em frente, pois as ordens do agente de trânsito prevalecem sobre os sinais e normas de circulação.
- (D) Retornar pela mesma via, com vistas a evitar multa ou acidente.

QUESTÃO 53

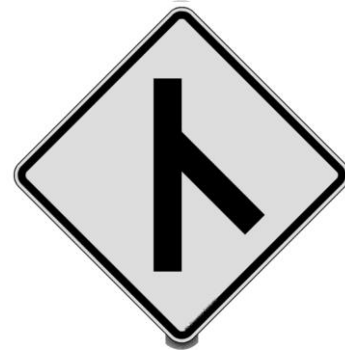
Conforme a ordem em que são apresentadas, da esquerda para a direita, as placas de sinalização vertical a seguir regulamentam:



- (A) Proibido ultrapassar; dê a preferência; proibido estacionar; proibida circulação de automóveis; velocidade máxima permitida; proibido parar e estacionar; parada obrigatória.
- (B) Proibido ultrapassar; dê a preferência; proibido parar e estacionar; proibido trânsito de veículos automotores; velocidade máxima permitida; proibido estacionar; parada obrigatória.
- (C) Proibido trafegar em fila dupla; acostamento interdito; proibido parar e estacionar; proibido trânsito de veículos automotores; velocidade máxima permitida; proibido estacionar; parada obrigatória.
- (D) Proibido trafegar em fila dupla; dê a preferência; proibido parar e estacionar; proibido trânsito de veículos automotores; velocidade máxima permitida; proibido estacionar; parada obrigatória.

QUESTÃO 54

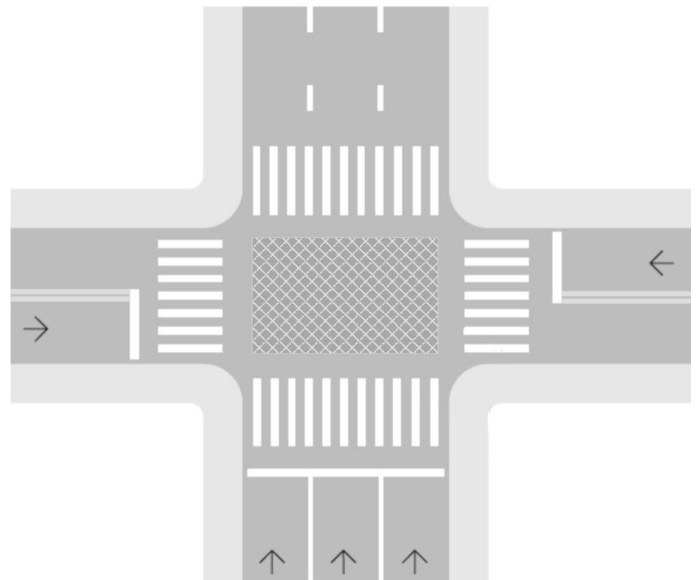
A placa de sinalização vertical a seguir adverte:



- (A) Entroncamento oblíquo à esquerda.
- (B) Entroncamento oblíquo à direita.
- (C) Confluência à esquerda.
- (D) Confluência à direita.

QUESTÃO 55

As interseções em nível geralmente são locais com um grande número de acidentes de média e grande monta. Portanto, os condutores devem estar atentos ao cruzarem esses locais.



Diante do exposto e com base no manual de sinalização horizontal o qual foi regulamentado pela resolução do CONTRAN n° 236/2007, o que significa a sinalização quadriculada que está no centro do cruzamento na figura anterior.

- (A) Marcação de travessia de veículos motorizados.
- (B) Marcação de área de circulação exclusiva para veículos motorizados ou não.
- (C) Marcação de área de conflito.
- (D) Marcação de área de cruzamento sem sinalização.

QUESTÃO 56

O ronco do motor, o som da buzina, sirenes, ranger dos pneus, alarmes, são exemplos de ruídos (barulhos) produzidos pelo trânsito. Estes contribuem para a poluição do meio-ambiente. O CTB e suas resoluções orientam e regulamentam o nível máximo (em decibéis) que os sons produzidos pelos veículos podem alcançar. Numa situação em que um trator que esteja trafegando por uma via urbana, por um condutor devidamente habilitado para conduzir este veículo, e que o som da buzina emitida por esse veículo exerça uma pressão sonora superior a 100 decibéis, é CORRETO afirmar que:

- (A) É uma situação que implica infração de natureza grave e multa de R\$ 127,69 e 5 pontos.

- (B) É uma situação que implica infração de natureza média e multa de R\$ 85,13 e 4 pontos.
- (C) É uma situação que implica infração de natureza leve e multa de R\$ 53,20 e 3 pontos.
- (D) É uma situação permitida pelo CTB.

QUESTÃO 57

Um condutor é abordado por um agente da autoridade de trânsito em uma "Blitz da Lei Seca", após o mesmo ser submetido ao teste de alcoolemia "bafômetro", constatou-se que ele estava conduzindo seu veículo sob efeito de álcool. De acordo com o art. 165 do Código de Trânsito Brasileiro - CTB, o que constitui:

- (A) Infração gravíssima, com penalidade de multa (três vezes), caso o nível de álcool seja igual ou inferior a seis decigramas por litro de sangue e o condutor não estiver sob efeito de nenhuma outra substância psicoativa que provoque dependência.
- (B) Infração gravíssima, com penalidade de multa (quatro vezes) e retenção do veículo até a apresentação de condutor habilitado, caso o nível de álcool seja superior a seis decigramas por litro de sangue e igual ou inferior a nove decigramas por litro de sangue e o condutor não estiver sob efeito de nenhuma outra substância psicoativa que provoque dependência.
- (C) Infração gravíssima, com penalidade de multa (cinco vezes) e suspensão do direito de dirigir por doze meses, além da retenção do veículo até a apresentação de condutor habilitado e recolhimento do documento de habilitação.
- (D) Infração gravíssima, com penalidade de multa (cinco vezes), caso o condutor, mesmo tendo ingerido bebida alcoólica em pequena quantidade, não apresente notórios sinais de embriaguez, excitação ou torpor, podendo esse ser liberado sem o recolhimento do documento de habilitação.

QUESTÃO 58

Um proprietário de uma loja de vestuário de um shopping se desloca de casa para o trabalho sempre utilizando o seu automóvel. Este condutor tem a prática de utilizar o aparelho celular enquanto conduz seu veículo nas vias, para encaminhar demandas do trabalho. Com base no CTB, é CORRETO afirmar que a ação deste condutor de utilizar o celular é:

- (A) Infração de natureza grave e multa de R\$ 127,69 e 5 pontos.
- (B) Infração de natureza grave e multa de R\$ 85,13 e 4 pontos.
- (C) Infração de natureza média e multa de 85,13 e 4 pontos.
- (D) Infração de natureza média e multa de 85,13 e 3 pontos.

QUESTÃO 59

Um condutor de um veículo ao ser abordado por um agente de trânsito durante um procedimento de rotina é flagrado dirigindo com a validade da Carteira Nacional de Habilitação vencida há mais de trinta dias. Neste caso o Código de Trânsito Brasileiro - CTB preconiza que a infração, a penalidade e a medida administrativa são:

- (A) Infração de natureza gravíssima, multa de R\$ 191,54 e 7 pontos e sem medida administrativa.
- (B) Infração de natureza gravíssima, multa de R\$ 191,54 e 7 pontos, recolhimento da Carteira Nacional de Habilitação.
- (C) Infração de natureza gravíssima, multa de R\$ 191,54 e 7 pontos e retenção do veículo até a apresentação de condutor habilitado.
- (D) Infração de natureza gravíssima, multa de R\$ 191,54 e 7 pontos, recolhimento da Carteira Nacional de Habilitação e retenção do veículo até a apresentação de condutor habilitado.

QUESTÃO 60

Quanto à questão da obediência no serviço público, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) É um dos princípios da ética profissional obedecer, incondicionalmente, aos superiores imediatos, já que são estes os que realmente conhecem as atividades a serem exercidas pelos seus subordinados e ditam as regras.
- (B) O servidor deve prestar toda a sua atenção às ordens legais de seus superiores, velando atentamente por seu cumprimento, e, assim, evitando a conduta negligente.
- (C) Caso julgue a ordem de seu superior como sendo ilegal, o servidor deverá, antes de mais nada, cumpri-la. Posteriormente, deverá procurar a comissão de ética e relatar o ocorrido ou mesmo delatar o fato a instâncias superiores.
- (D) Toda pessoa tem direito à verdade. O servidor não pode omiti-la ou falseá-la. No entanto, omissões da verdade serão aceitas sempre que ordenadas por superiores, a interesse da administração pública.

QUESTÃO 61

Um condutor ao levar seu filho e mais 03 de seus amiguinhos para um passeio se depara com a seguinte situação, onde o veículo automotor que será utilizado para esse passeio tem capacidade de 05 lugares. Sabendo que o seu filho tem 9,5 anos de idade e 1,42 m de altura, o amigo 01 tem 8,5 anos de idade e 1,44 m de altura, os amigos 02 e 03 são gêmeos e têm 9 anos de idade com as respectivas alturas de 1,40 m e 1,43 m. Diante do exposto, e com base no CTB e suas resoluções, analise as afirmativas a seguir.

I - O CTB proíbe expressamente o transporte de crianças menores de 10 anos no banco da frente, excepcionalmente, quando o veículo não possuir banco de trás, a criança poderá ser transportada no banco da frente devidamente acomodada em um equipamento de segurança de acordo com a sua idade e peso;

II - Nesse caso o condutor pode ignorar a idade das crianças, pegando então a criança de maior estatura e colocá-la no banco da frente;

III - O condutor vai levar no banco da frente o seu filho, pois o mesmo tem prioridade sobre as demais crianças, por se tratar de ser filho do condutor;

Com base nas informações anteriores a alternativa CORRETA é:

- (A) Apenas a I é correta.
- (B) Apenas a II é correta.
- (C) Apenas a III é correta.
- (D) Apenas a I e a II são corretas.

QUESTÃO 62

Segundo o Código de Trânsito Brasileiro - CTB, é conduta apropriada a um condutor de veículo:

- (A) Abster-se de verificar a existência e as boas condições de funcionamento dos equipamentos de uso obrigatório, bem como de assegurar-se da existência de combustível suficiente para chegar ao local de destino.
- (B) Abster-se de obstruir o trânsito ou torná-lo perigoso, atirando, depositando ou abandonando na via objetos ou substâncias, ou nela criando qualquer outro obstáculo.
- (C) Abster-se de ter domínio de seu veículo, dirigindo-o com atenção e cuidados dispensáveis à segurança do trânsito.
- (D) Abster-se de guardar distância mínima entre o seu veículo, o frontal e o lateral, de forma a não obstruir o trânsito.

QUESTÃO 63

De acordo com o art. 29, inciso IX do CTB. A ultrapassagem de outro veículo em movimento deverá ser feita pela esquerda, precedida por sinalização regulamentar. Contudo, será permitida a ultrapassagem pela direita quando:

- (A) O veículo que estiver à frente estiver circulando pela faixa à esquerda.
- (B) O veículo que estiver à frente indicar que vai entrar à esquerda.
- (C) O veículo que estiver à frente indicar que vai entrar à direita.
- (D) O veículo que estiver à frente sinalizar que o acostamento está livre.

QUESTÃO 64

Quanto ao uso de luzes em veículo, deve-se obedecer às seguintes determinações:

I - O condutor manterá acesos os faróis do veículo, utilizando luz baixa, durante a noite e durante o dia nos túneis providos de iluminação pública;

II - Nas vias não iluminadas o condutor deve usar sempre luz alta, sem exceções;

III - A troca de luz baixa e alta, de forma intermitente e por curto período de tempo, com o objetivo de advertir outros motoristas, só poderá ser utilizada para indicar a intenção de ultrapassar o veículo que segue à frente ou para indicar a existência de risco à segurança para os veículos que circulam no sentido contrário;

Com base no exposto é CORRETO afirmar que:

- (A) Todas as afirmativas são verdadeiras.
- (B) Apenas I e II são verdadeiras.
- (C) Apenas I e III são verdadeiras.
- (D) Apenas II é verdadeira.

QUESTÃO 65

A calibragem correta dos pneus, o alinhamento e o balanceamento do veículo são necessários para aumentar a segurança veicular. Diante disso, um condutor ao perceber que os pneus do seu veículo estão mais desgastados no centro da banda de rodagem, este condutor tem como trajeto diário entre sua casa e seu trabalho uma avenida com várias interseções em círculo, analise as afirmativas a seguir:

I - Os pneus estão com a calibragem insuficiente ou pouca pressão recomendada pelo fabricante;

II - Os pneus estão com a calibragem ideal, e o fato desse veículo transitar com frequência por essa avenida vai ocasionar esse tipo de situação;

III - Os pneus estão com a calibragem excessiva ou com muita pressão recomendada pelo fabricante;

Com base nas informações anteriores a alternativa CORRETA é:

- (A) Apenas a I é correta.
- (B) Apenas a II é correta.
- (C) Apenas a III é correta.
- (D) Apenas a I e a II são corretas.

QUESTÃO 66

De acordo com o Código de Trânsito Brasileiro - CTB, são normas gerais de circulação e conduta:

- (A) Nas vias urbanas de trânsito rápido, onde não houver sinalização regulamentadora, a velocidade máxima será de noventa quilômetros por hora.
- (B) Nas vias rurais, nas rodovias, a velocidade máxima poderá ser de até 110 quilômetros por hora para ônibus e micro-ônibus.
- (C) O uso de cinto de segurança é obrigatório aos passageiros somente em vias de trânsito rápido e rodovias.

- (D) O uso de cinto de segurança é obrigatório para condutor e passageiros em todas as vias do território nacional, salvo em situações regulamentadas pelo CONTRAN.

QUESTÃO 67

Com base no CTB, analise as afirmativas a seguir quanto à ordem de prevalência da sinalização:

I - As normas de circulação e outros sinais sobre as ordens dos agentes de trânsito;

II - As ordens do agente de trânsito sobre as normas de circulação e outros sinais;

III - As ordens do agente de trânsito sobre as normas de circulação e outros sinais exceto a sinalização semafórica;

IV - As indicações do semáforo sobre os demais sinais;

Diante do exposto é CORRETO afirmar que as alternativas:

- (A) Apenas I, II e III são verdadeiras.
- (B) Apenas II, III e IV são verdadeiras.
- (C) Apenas II e III são verdadeiras.
- (D) Apenas II e IV são verdadeiras.

QUESTÃO 68

O órgão responsável pelo trânsito de um município instalará a sinalização necessária próximo a um cruzamento rododiferroviário. Desta forma o órgão instalará a sinalização horizontal conforme a figura a seguir:

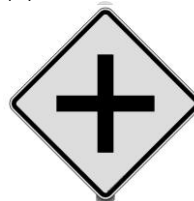


O CTB e suas resoluções regulamentam que neste caso a sinalização vertical de advertência que deve ser instalada é:



Com base no exposto, é CORRETO afirmar que o CTB e suas resoluções orientam que, conforme o caso, na aproximação do cruzamento deve ser instalada também.

(A)



(B)



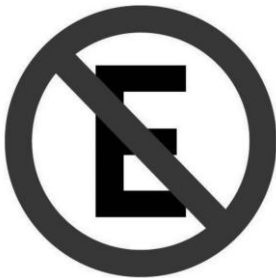
(C)



(D)

**QUESTÃO 69**

Com o intuito do desembarque de passageiros, o condutor de um ônibus para em um local onde há esta placa:



Ao término do desembarque, o condutor do ônibus retira o veículo deste local imediatamente. Esta ação, em momento algum prejudicou a fluidez do trânsito neste local. Diante do exposto, é CORRETO afirmar que:

- (A) O condutor não cometeu nenhuma infração, visto que esta placa permite a parada para embarque e desembarque de passageiros.
- (B) O condutor não cometeu nenhuma infração, visto que esta placa permite o estacionamento para o desembarque rápido de passageiros.
- (C) O condutor cometeu uma infração de natureza grave e multa de R\$ 127,69, 5 pontos e tendo como medida administrativa a remoção do veículo.
- (D) O condutor cometeu uma infração de natureza média e multa de R\$ 85,13 e 4 pontos, e tendo como medida administrativa a remoção do veículo.

QUESTÃO 70

Um órgão público possuía veículos de carga cujo PBT - Peso Bruto Total não excedia 3.500 Kg. Em um programa de melhorias, este órgão trocou todos os veículos já existentes por veículos com Peso Bruto Total maior que 3.500 Kg e menores que 6.000 Kg. No quadro profissional, esta repartição tem apenas motoristas habilitados com a categoria "B". Com base no CTB e em suas resoluções, é CORRETO afirmar que:

- (A) Os motoristas possuem a categoria exigida para a condução dos veículos do órgão.
- (B) Os motoristas não possuem a categoria exigida para a condução dos veículos do órgão.
- (C) Os motoristas não possuem a categoria exigida para a condução dos veículos, mas por se tratar de um órgão público, o CTB não se aplica.
- (D) Os motoristas não possuem a categoria exigida para a condução dos veículos, mas por se tratarem de funcionários público, o CTB não se aplica.

QUESTÃO 71

Leia o seguinte trecho de artigo do Código de Trânsito Brasileiro - CTB:

Art. 301 - Ao condutor de veículo, nos casos de acidentes de trânsito de que resulte vítima, não se imporá a prisão em flagrante, nem se exigirá fiança, se _____.

A alternativa que completa CORRETAMENTE a lacuna conforme o CTB.

- (A) Prestar pronto e integral socorro àquela.
- (B) O motorista não estiver sob efeito de álcool, entorpecente ou medicamento de efeito psicotrópico.
- (C) O motorista estiver sob efeito de entorpecente ou medicamento de efeito psicotrópico.
- (D) O motorista dirigir-se-á a um posto policial mais próximo e relatar o ocorrido.

Leia o texto (adaptado) a seguir e responda às questões 72 e 73.

Tire dúvidas sobre direção defensiva

Manutenção diária e atenção no trânsito são fundamentais para segurança.

Especialista dá dicas para você não passar sustos no dia-a-dia.

Ricardo Lopes da Fonseca Especial para o G1

No trânsito não basta estar a bordo de um automóvel confiável, com a manutenção em dia e bem conservado. É preciso também prever reações do carro que segue à frente, do que está ao seu lado e de quem aparece no retrovisor. A atenção é fundamental o tempo todo. (...)

Manutenção

A manutenção é uma regra fundamental para não passar apertos no trânsito. Se o motorista não verificar o nível de água e óleo do motor, o veículo pode ter uma pane. Freio que falha é acidente em cheio. Pneu descalibrado torna o automóvel difícil de conduzir. Suspensão desequilibrada em consequência de amortecedores vencidos também coloca os ocupantes em risco. Portanto, manutenção em dia é questão de segurança.

Como ver e ser visto é imprescindível no trânsito, os faróis devem estar regulados. Lembre-se que certas lojas fazem esse ajuste de graça, assim não justifica andar com o farol desregulado. Por outro lado, de nada adianta manter a regulagem se uma lâmpada queimar. Adote o hábito de sempre conferir o funcionamento das lanternas, setas, luz de freio e ré. (...)

Falta de atenção

Quem nunca viu uma cena assim: o trânsito segue num anda e pára. De repente alguém dá uma pancada na traseira de outro carro. O motorista da frente olha pelo retrovisor e vê o motorista que bateu com o celular na mão. Pois é, manter-se concentrado no trânsito é primordial. Falar ao celular, perder tempo excessivo olhando para o rádio ou simplesmente distrair-se com os demais ocupantes é um risco para o motorista.

A falta de atenção compromete além da direção do seu próprio veículo, a capacidade de perceber os demais ao seu redor. Imagine todo mundo falando ao celular ao mesmo tempo em que dirige? Pois bem, saiba que o motorista ao seu lado não imagina o que você vai fazer adiante, deste modo, sinalize sempre a sua intenção. Lembre-se que não basta ligar a seta já em cima de uma curva, por exemplo.

Outra regra básica da direção segura é manter uma boa distância do carro à frente. Em caso de emergência, você terá mais tempo para reagir, diferente daquele que anda colado no outro automóvel. Na estrada, ande pela esquerda só durante a ultrapassagem. É uma atitude simples, mas difícil de presenciar no dia-a-dia. A mania de andar na faixa da esquerda prejudica o fluxo na estrada.

Lembre-se que você deve ter conhecimento de tudo o que acontece ao seu redor no trânsito. Utilize sua visão

periférica para fazer uma varredura de tudo, inclusive de pedestres e ciclistas. Não esqueça que os retrovisores devem ser consultados todo o tempo.

Se a região por onde trafega é desconhecida, vá mais devagar. Diversos fatores podem causar uma surpresa desagradável, como um buraco, por exemplo. Se estiver procurando um endereço, fique atento aos demais motoristas. Não pare o carro no meio da rua, muito menos em fila dupla. Coloque-se no lugar do outro. (...)

Publicado em 21/06/09, no site da g1.globo.com.

<<http://g1.globo.com/Noticias/Carros/0,,MUL1200728-9658,00-TIRE+DUVIDAS+SOBRE+DIRECAO+DEFENSIVA.html>>
(Acesso em 19/11/2010)

QUESTÃO 72

O objetivo do sistema de freio do veículo é reduzir a velocidade ou eliminá-la totalmente, e não permitir que um veículo se ponha em movimento. Diante o exposto, analise as afirmativas:

- I - O freio a disco é o freio cujo sistema de fricção, é com lonas, que são pressionadas contra um disco de aço, no momento da frenagem;
- II - O freio a tambor é o freio cujo sistema de fricção, é com partilhas, que são pressionadas contra o tambor de freio no momento da frenagem;
- III - O servo freio a vácuo tem como função aumentar a força empregada no pedal de freio que por sua vez irá acionar todo o sistema, para isso ele utiliza o vácuo do motor;

Com base nas informações anteriores é CORRETO afirmar que:

- (A) Apenas a I é correta.
- (B) Apenas a II é correta.
- (C) Apenas a III é correta.
- (D) Apenas a I e a II são corretas.

QUESTÃO 73

Com base no texto e na legislação de trânsito é CORRETO afirmar que:

- (A) Para uma direção segura é necessário apenas possuir a Carteira Nacional de Habilitação.
- (B) Direção defensiva recomenda que o motorista esteja atento o tempo todo, dirigindo com atenção e observando tudo o que acontece ao seu redor.
- (C) Em rodovias deve-se andar pela esquerda sempre que a sinalização permitir.
- (D) Se a região por onde se trafega é desconhecida, não se deve passar dos 40km/h, ou seja, deve-se conduzir o veículo bem devagar, pois pode haver buracos na pista.

QUESTÃO 74

O trânsito é um elemento que contribui significativamente para a poluição do meio-ambiente. O Art. 1º, parágrafo 5 do CTB, dispõe que os órgãos e entidades de trânsito pertencentes ao Sistema Nacional de Trânsito darão prioridade em suas ações à defesa da vida, nela incluída a preservação da saúde e do meio-ambiente. Desta forma, a falta de manutenção preventiva do veículo e a utilização indevida de equipamentos, são exemplos de ações que potencializam a poluição do nosso planeta. Neste sentido é CORRETO afirmar que uma ação que reduz a poluição pelo trânsito é:

- (A) Acelerar o motor sempre que possível para chegar logo ao destino, diminuindo assim o tempo de utilização do veículo.
- (B) Deixar de utilizar o transporte coletivo para redução de veículos no trânsito.
- (C) Não usar a buzina em locais e horários proibidos.

- (D) Jogar o lixo orgânico produzido durante uma viagem pela janela do veículo pois servirá de alimento para os animais silvestres.

QUESTÃO 75

Um motorista, ao dirigir em uma rodovia, olha para o painel e observa que há um superaquecimento do motor. É CORRETO afirmar que nessa situação:

- (A) O melhor a fazer é diminuir a velocidade e após um certo tempo ir parando o carro aos poucos, pois se parar de repente poderá queimar a junta do cabeçote.
- (B) O melhor a fazer é parar o veículo imediatamente, esperar o carro esfriar por cerca de dez a quinze minutos, pois se não fizer isso o carro esquentará ainda mais e poderá queimar a junta do cabeçote.
- (C) A junta do cabeçote já está queimada, portanto, o melhor a fazer é diminuir a velocidade e procurar a oficina mecânica mais próxima para substituí-la.
- (D) O filtro do cabeçote pode estar entupido, deve-se, portanto, procurar a oficina mecânica mais próxima para desentupí-lo.

QUESTÃO 76

Deixar de reduzir a velocidade do veículo de forma compatível com a segurança do trânsito nas proximidades de escolas, hospitais, estações de embarque e desembarque de passageiros ou onde haja intensa movimentação de pedestres, de acordo com o art. 220-XIV, CTB constitui:

- (A) Crime de trânsito com infração gravíssima, multa de R\$ 191,54 e 7 pontos.
- (B) Crime de trânsito com infração gravíssima, multa de R\$ 191,54 e 7 pontos com recolhimento da Carteira Nacional de Habilitação.
- (C) Crime de trânsito com infração gravíssima, multa de R\$ 191,54 e 7 pontos com retenção do veículo.
- (D) Crime de trânsito com infração gravíssima, multa de R\$ 191,54 e 7 pontos com recolhimento da Carteira Nacional de Habilitação e retenção do veículo.

QUESTÃO 77

Um motorista e proprietário de um veículo ao retornar para sua residência de um evento com o seu filho de 19 anos de idade, percebe que não se encontra em condições para conduzir seu veículo com segurança, pois o mesmo havia ingerido bebida alcoólica. Diante disso o pai resolve entregar ao filho a direção do veículo tendo a plena certeza que irá chegar bem em casa, pois o seu filho é um excelente condutor ainda que inabilitado. No trajeto são abordados por um agente da autoridade de trânsito, que presencia o veículo em questão avançando sinal vermelho semafórico e após abordagem identifica tal situação. Diante do exposto, e com base no CTB é CORRETO afirmar que:

- (A) O agente da autoridade de trânsito deve aceitar a situação, pois naquele momento o único meio seguro de pai e filho chegarem em casa é esse.
- (B) O agente da autoridade de trânsito deverá lavrar um auto de infração pelo avanço do sinal vermelho e outro por conduzir veículo sem possuir Carteira Nacional de Habilitação ou Permissão para dirigir.
- (C) O agente da autoridade de trânsito poderá lavrar um auto de infração pelo avanço do sinal vermelho e outro por conduzir veículo sem possuir Carteira Nacional de Habilitação ou Permissão para dirigir e encaminhar o condutor à delegacia, pois trata-se de crime de trânsito.

- (D) O agente da autoridade de trânsito deverá lavrar um auto de infração pelo avanço do sinal vermelho e outro por conduzir veículo sem possuir Carteira Nacional de Habilitação ou Permissão para dirigir, outro por entregar a direção a pessoa não habilitada e encaminhar o condutor e o proprietário à delegacia, pois a conduta de ambos trata-se de crime de trânsito.

QUESTÃO 78

De acordo com o art. 298, CTB, relativo aos “Crimes de Trânsito”, são circunstâncias que sempre agravam as penalidades dos crimes de trânsito, ter o condutor do veículo cometido a infração:

- (A) Com dano potencial para duas ou mais pessoas ou com grande risco de grave dano patrimonial a terceiros.
- (B) Utilizando o veículo como transporte de carga.
- (C) Tendo ultrapassado o veículo em local proibido pela sinalização.
- (D) Com permissão para dirigir ou Carteira de Habilitação de categoria compatível com a do veículo.

QUESTÃO 79

É muito importante conhecer os preceitos e as orientações relativas à direção defensiva, para:

- (A) Possibilitar agilidade e destreza no trânsito para a execução segura de manobras que, mesmo arriscadas para condutores inexperientes, permitam maior velocidade média do veículo.
- (B) Permitir, em razão desses conhecimentos, que se dirija de forma a evitar acidentes, apesar das ações incorretas de outros e das condições adversas. Para tanto, deve-se planejar todas as ações pessoais com antecedência.
- (C) Fornecer aos condutores habilidade e coragem para empreender fuga, no caso de ameaça de assalto por condutores que utilizam motocicletas.
- (D) Possibilitar que se dirija de forma segura, mesmo se o veículo estiver em más condições de conservação.

QUESTÃO 80

Pelas orientações relativas à direção defensiva, o condutor que trafega por uma via arterial, ao se aproximar de um cruzamento com semáforo que está aceso no verde há algum tempo, deve:

(Obs.: semáforo sem dispositivo luminoso indicativo de quantos segundos restam para mudar da luz verde para a luz amarela.)

- (A) Prever que poderá ter que parar nesse cruzamento e diminuir a velocidade com antecedência, evitando a necessidade de freada brusca e minimizando a possibilidade de colisão.
- (B) Acelerar o veículo aumentando sua velocidade, para dar tempo suficiente de atravessar o cruzamento antes que o semáforo mude para a luz amarela.
- (C) Acelerar o veículo aumentando sua velocidade, garantindo que dará tempo de atravessar o cruzamento, mesmo com a luz amarela acesa, porém, antes do semáforo mudar para a luz vermelha.
- (D) Parar o veículo antes do cruzamento, mesmo com a luz verde ainda acesa, pois certamente a luz amarela acenderá em seguida.